



A contribuição de José de Alencar, Machado de Assis e Eça de Queirós para uma teoria linguística na virada do século XIX


The contribution of José de Alencar, Eça de Queirós and Machado de Assis to a linguistic theory at the turn of the nineteenth century

Sônia Netto Salomão

Sapienza Università di Roma

Roma, Itália

sonia.nettosalomao@fondazione.uniroma1.it

<https://orcid.org/0000-0002-2929-6701> 

Resumo: Eça de Queirós deixou-nos, através de um quase heterónimo (Fradique Mendes), duas cartas que resumem de forma sarcástica as críticas que recebeu ao longo da sua carreira literária, quanto aos aspectos linguísticos da sua prosa. Os dois temas básicos são o binómio língua-identidade nacional e a variação linguística, principalmente em âmbito lexical. No entanto, desde 1865 Alencar, no Brasil, usava os argumentos sociológicos de Whitney em defesa da variante brasileira e, de certa forma, antecipava a linguística fônica de Rousselot. A Machado de Assis coube desenvolver as noções em torno da gramática de uso.

Palavras-chave: teoria linguística; paratextos; linguística oitocentista.

Abstract: Eça de Queirós left us, through an almost heteronym (Fradique Mendes), two letters that sarcastically summarize the criticism he received throughout his literary career, regarding the linguistic aspects of his prose. The two basic themes are the language-national identity binomial and linguistic variation, mainly in the lexical scope. However, since 1865 Alencar, in Brazil, used Whitney's sociological arguments in defense of the Brazilian variant and, in a certain way, anticipated Rousselot's phonic linguistics. Machado de Assis was responsible for developing notions around the grammar of use.

Keywords: linguistic theory; paratexts; nineteenth century linguistics.

O que une os três escritores selecionados é o profundo compromisso com o debate cultural finissecular em torno de algumas questões paradigmáticas, como a da língua portuguesa. Neste sentido, eles enriqueceram com a própria produção e com os documentos que deixaram a propósito do tema (paratextos), as conclusões de pesquisas específicas que têm surgido nos últimos vinte anos sobre as gramáticas oitocentistas do português.

Com os estudos sobre o indo-europeu e o sânscrito, principalmente a partir dos trabalhos do linguista alemão August Scheleicher (1821-1868) e do inglês William Jones (1746-1794), surge na Europa um movimento a favor do autoconhecimento histórico-linguístico que acabou por revolucionar os métodos de estudo que passaram ao que se denominou como Gramática Comparada.

Embora o quadro historiográfico seja bastante complexo, pode-se afirmar de modo sintético que, na metade do século XIX, a linguística oitocentista aceitava o organicismo de Scheleicher, influenciado pelo darwinismo, segundo o qual a linguagem era um organismo independente, sujeita a leis naturais, não possuindo uma história e sim uma vida semelhante a de um organismo natural. Do mesmo modo, acreditava-se que as fases primitivas de uma língua não fossem sujeitas a processos de mudança, como as últimas (Morpurgo Davies, 1996, pp. 263-308). Junto à predominante visão do organicismo de Scheleicher, da ignorância quanto aos processos de mudança aos quais as línguas estão sujeitas, e da obsessão pelos estudos comparativos que se instaurou, responsáveis pelo desinteresse em relação aos problemas mais gerais do sistema linguístico que sequer seriam intuídos, outras vozes como as de Graziadio Ascoli, na Itália, Gaston Paris e Michel Bréal, na França, e William Whitney, nos Estados Unidos, enriqueceram o debate, inclusive com a perspectiva sociolinguística.

É voz corrente que os ecos dos estudos histórico-comparativos europeus, contrabalançados pela perspectiva dos neogramáticos – muito fortes principalmente na Alemanha –, chegaram em Portugal e no Brasil com considerável atraso. O fato se deu em razão da tendência ao estudo do vernáculo com conotação meramente normativa, predominante no período racionalista. No entanto, o contributo da nova ciência linguística, dedicada à construção da história da língua como fenômeno universal e mergulhada no estudo exaustivo das línguas clássicas, na verdade era conhecido pelos escritores aqui selecionados.

Em recentes estudos sobre a gramaticografia do português no século XIX, vem sendo analisada a chamada “gramática científica” (Fávero 2006; Cavaliere 2001 e 2006; Santos 2010; Gonçalves, 2011), a partir da periodização proposta por José Leite de Vasconcelos (1929: pp. 860-890). Para o estudioso português, o último dos quatro períodos da filologia portuguesa corresponderia ao espaço de 1868 até 1888. Este período se distinguiria do anterior (1779-1868) por corresponder à filologia moderna, baseada em “seguro método” e em “plano científico bem estabelecido” (Vasconcelos 1929: p. 886), o que evidentemente traduzia uma ruptura com as “especulações filosóficas” (Vasconcelos 1929: p. 887) de épocas anteriores.

Do ponto de vista brasileiro, em relação ao contexto e à história social da língua, os processos linguísticos emergiram em um século marcado pelo nacionalismo, pelo impacto do cientificismo, pelo empenho generalizado no país em prol de uma institucionalização do aparelho cultural (jornais, revistas, institutos, academias) com grande mobilização para uma espécie de *fundação cultural* do país. Por outro lado, movimentos político-estruturais como a Independência, a Abolição da Escravatura, a adoção de um regime republicano de governo, conjugam-se com os fluxos migratórios de estrangeiros que, por sua vez, aceleraram os processos de urbanização, entre outras ações de grande impacto social. O contexto sócio-histórico e linguístico do século XIX no Brasil parece, assim, apresentar-se como condição favorável ao florescimento de uma gramaticografia nacional do Português. A reflexão gramaticográfica se realiza de modo geral quando há algum fator que leva à percepção de uma diferença, uma dualidade, entre língua escrita e língua oral, ou entre língua materna e formas estrangeiras, ou ainda entre uma língua percebida como arcaica e outra como contemporânea e assim por diante. Ao longo do século XIX a dualidade foi sentida no Brasil em relação ao português europeu, paulatinamente.

Entre os muitos estudos que se estão realizando, a partir da análise das gramáticas brasileiras oitocentistas, uma das conclusões interessantes é esta:

há aumento considerável no número e na variedade de fenômenos registrados a partir do texto de Júlio Ribeiro (1881), considerado o fundador da chamada “gramática científica” no país. Tendência que se opunha à orientação racionalista (filosófica) dos trabalhos anteriormente publicados, a “gramática científica” parece ter conferido mais atenção à descrição, ou, ao menos, à apresentação de (mais) dados específicos [...] para análise e exemplificação. Ainda assim, é possível notar, no corpus selecionado, um movimento ambíguo em Ernesto Carneiro Ribeiro (1839-1920); autor de duas obras, uma primeira “filosófica” e uma segunda “científica”, ele parece ter reduzido a citação efetiva de textos de “bons autores” no último trabalho, embora nele tenha ampliado a incorporação de dados da diacronia da língua (Coelho et al., 2014, p. 122).

No trabalho apenas citado, de análise de um substancial *corpus* de gramáticas brasileiras, partindo do *Epítome da Grammatica Portugueza* (1806), de Moraes e Silva, até as *Difficuldades da Lingua Portugueza* (1909 [1919])¹ de Said Ali, os fenômenos linguísticos foram indagados a partir de alguns critérios fundamentais, como os relativos às fontes a partir das quais foram atribuídas as especificidades brasileiras (literatura, imprensa, fala popular, fala regional, arcaica); do mesmo modo pesquisou-se sobre as formas linguísticas que receberam mais atenção (fonéticas, morfológicas, sintáticas, semânticas) e como foram categorizadas (variantes, erros, usos determinados pelo estilo). Para finalizar, estabeleceram-se os pressupostos e técnicas adotados para tratar dessas peculiaridades (Coelho et al., 2014, p. 118). Em relação à pesquisa sobre o nascimento do português brasileiro como fato científico a ser estudado, a conclusão das estudiosas é a seguinte:

São poucos (78 ao todo) os fenômenos apontados (sobretudo levando-se em conta que as obras tratam de centenas de temas e subtemas gramaticais e que aquelas que mencionam o PB o fazem apenas marginalmente, incluindo tais menções algumas vezes em seções específicas (vícios, brasileirismos, provincianismos), outras vezes em meio a detalhamentos em relação a observações mais gerais sobre “a língua portuguesa”. [...] A distribuição dos fenômenos por nível de articulação, como dissemos, revela que os autores privilegiam os fatos sintáticos (28), vindo em seguida os de ordem lexical (21), os fonéticos (17) e os morfológicos (6). Além desses fenômenos específicos, há, no *corpus*, 6 referências gerais (sem especificação de dados ou de nível de articulação) ao PB (Coelho et al., 2014, p. 122).

O que se pode deduzir deste vastíssimo material pesquisado é uma mínima parcela de consideração para o fenômeno da *dualidade* que seria responsável pelo nascimento de uma *escola* brasileira, dedicada ao estudo da especificidade do Português brasileiro (Coelho et al., 2014, p. 118).

Com essa breve introdução pretendemos chamar a atenção para a específica e efetiva contribuição ao debate oitocentista devida a José de Alencar, na sua tomada de posição mais sistemática em defesa do português brasileiro, apresentada nos posfácios de obras como *Iracema* (1865) e *Diva* (1864), ou em outros paratextos como cartas e artigos para os jornais dos quais era assíduo colaborador². A Alencar, por outro lado, devemos a tentativa, de acordo com as coordenadas românticas

¹ Segundo as autoras, “Nesse conjunto, composto preponderantemente de obras intituladas ‘gramáticas’ e conformadas às características gerais desse gênero textual, estão também incluídos artigos publicados, ainda no século XIX (em 1894 e 1895), por Manuel Said Ali (1861-1953). Os temas desses artigos eram a colocação pronominal, fenômenos de entoação e verbos sem sujeito; poderiam, como se intui, ensejar considerações acerca do PB. Por essa razão, e pelo grande prestígio de seu autor, também foram analisados como textos gramaticais de relevância nesta investigação, recuperados em suas revisões publicadas, sob a forma de capítulos, na segunda edição do clássico *Difficuldades da Lingua Portugueza* (1919)” (Coelho et al., 2014, p. 119).

² Se como dizia William Jones (1824 [1786, p. 5]), na sua famosa fala do filólogo em defesa do Sânscrito, “a cultura europeia devia aos holandeses o conhecimento do árabe e aos franceses a do chinês, era justo que devessem aos ingleses o do sânscrito”, poderíamos parafrasear Jones, embora com muito atraso, e dizer que a Europa deve aos portugueses, com a publicação em 1595 da *Arte de Gramática da Lingua mais Usada na Costa do Brasil*, do jesuíta José de Anchieta, o conhecimento do tupi-guarani.

do período, da colocação do tupi como base linguística da literatura brasileira. Quanto ao romance *Iracema*, embora apresentado no *Prólogo* como “um livrinho [...] para desenfastiar o espírito das cousas graves que o trazem ocupado” (Alencar, 1965b, p. 193), trata-se de romance de um autor afirmado, que já tinha escrito *O Guarani* (1857) e que mais tarde iria completar o projeto indianista com *Ubirajara* (1874), os outros dois romances da trilogia indianista. Quando Alencar propõe esta lenda cearense em prosa poética, muito bem construída para os padrões românticos do período e para a própria ausência de tradição literária narrativa no Brasil, sabia o que estava fazendo. O *Prólogo*, o *Argumento histórico*, as *Notas* que acompanham a edição e a *Carta ao Dr. Jaguaribe*, colocada a seguir, bastam para comprovar um projeto. Justamente nas *Notas* e na *Carta* vamos encontrar parte da teoria linguística do nosso autor.

Do ponto de vista linguístico, portanto, o texto é muito bem cuidado, já que Alencar desejava reproduzir a cadência da língua indígena, construindo a narrativa em frases paratáticas com ampla utilização de vocabulário indígena. Nos livros indianistas os tupinismos serão usados abundantemente, assim como os regionalismos, nos romances de valorização de temas locais, quer sejam eles agrários (*O gaúcho*, *O sertanejo*) como urbanos (*Lucíola*, *Diva*, *Senhora*). O léxico pesquisado, trabalhado, escolhido é parte do projeto estético e ideológico do autor, no sentido da criação de uma literatura brasileira dotada de temas e linguagem próprios. Neste sentido, é importante notar que o trabalho lexical realizado por Alencar não foi ainda suficientemente valorizado, principalmente quanto aos tupinismos, só tratados de forma marginal (cf. Edelweiss, 1979)³. Alencar conhece e cita Noah Webster, lexicógrafo americano, escritor, autor de uma reforma ortográfica da língua inglesa e do famoso dicionário que leva o seu nome. Do mesmo modo, ecos das teses de Humboldt, plenamente marcadas pelos temas da cultura vigente, ou seja, o nacionalismo, o romantismo, a política, a *orientalismo romântico*, com conceitos direcionados para a busca de uma perfeição estética para a vida individual, estão igualmente presentes, como veremos a seguir. Na concepção humboldtiana a língua é um modelo que pode ser aprimorado pelo indivíduo, desde que ele se dedique ao aperfeiçoamento de si mesmo. Desse modo a língua seria vista como o reflexo da perfeição da nação, na medida em que o discurso individual seria o reflexo da perfeição do indivíduo. De qualquer forma, a perfeição estética, tanto na língua quanto no discurso, poderia ser controlada pela dedicação individual em prol da transformação para melhor do modelo existente (Humboldt, 1990, pp. 27-28).

É fundamental recordar que um dos temas do romantismo em geral, e do brasileiro em particular, era o de dotar a “nação-Estado” com uma literatura e uma língua (Hobsbawm, 2011). Neste sentido, discutia-se muito como chamar a língua do Brasil, país, lembremos sempre, recentemente independente (1822) de Portugal, e em busca de uma identidade diferente naquele momento. Entre os nomes propostos estavam o de *língua nacional* ou mesmo *língua brasileira*. Em qualquer nomenclatura, de qualquer modo, não deveria aparecer a palavra *Portugal* e seus derivados. Portanto, aqui se tratava de uma questão de política cultural, e não da necessidade científica de diferenciar línguas diversas, é bom notar, para evitar confusão.

Vale enfatizar que o chamado *período científico* da gramaticografia, de 1881 a 1941, ainda não se havia afirmado. Como observa Cavalieri:

O primeiro texto sistêmico em que se interpretaram as novas tendências é, sem dúvida, a [gramática] de Júlio Ribeiro, cuja *Grammatica portugueza*, primeira edição, é de 1881. Nos dois decênios finais do novecentos (*sic.*), explode uma riquíssima produção linguística, entre teses de concursos, gramáticas históricas e descritivas, quase todas destinadas ao estudo anatômico da palavra. Citem-se, por constituírem exemplo emblemático, as teses *Archaismos e neologismos* e *Themas e raizes*, oferecidas pelo filólogo Fausto Barreto às bancas de seus dois concursos à cátedra do Colégio Pedro II. Barreto, um estudioso da história natural, convenceu-se de que era possível aplicar na língua os mesmos métodos de investigação utilizados na biologia, com ênfase marcante nos estudos etimológicos (Cavalieri, 2001, p. 60).

³ Alguns trabalhos de tupinistas, como o de Edelweiss, muito revelam sobre as pioneiras pesquisas lexicológicas do autor cearense.

Portanto, podemos dizer que Alencar antecipa o *período científico* porque busca dados históricos – do ponto de vista da gramática comparada – que justifiquem as suas escolhas, do mesmo modo que conhece e cita a bibliografia teórica estrangeira mais atualizada no momento. No que diz respeito à polêmica em torno de *Iracema* (mas também de outros livros do nosso autor), as críticas referiam-se, também, à *correção* no uso do idioma.

Alencar foi atacado igualmente por puristas brasileiros que o acusavam de escrever incorretamente porque não só introduziu o léxico e o tema tupi nos seus romances, como também a expressão linguística brasileira. No centro da polêmica estavam principalmente o uso parcimonioso do artigo, a omissão do pronome se em alguns verbos reflexivos, a colocação do pronome átono em próclise, a interrogação, tanto em ordem direta como inversa, com pronome interrogativo, e outros casos relativos aos latinismos, arcaísmos, francesismos e, por fim, o emprego das preposições. Alencar não defendia a existência de uma língua brasileira e sim o uso da “expressão brasileira”. Era um estudioso das teorias linguísticas do momento, mas as suas respostas irônicas parecem mais uma provocação do que uma antecipação de certas afirmações da linguística fônica de Rousselot que, no entanto, estavam no ar: “O povo que chupa o caju, a manga, o cambucá e a jabuticaba, pode falar uma língua com igual pronúncia e o mesmo espírito do povo que sorve o figo, a pera, o damasco e a nêspora?” (Alencar, 1965a, p. 498)⁴.

Aliás, como lembrou Mattoso Câmara Júnior (2021, p. 96), “foi a fonética que levou a linguística a se dar conta da necessidade do conceito de sons vocais independentes de letras e, para representá-los, foi idealizado um processo fora da escrita comum, processo este que veio a se chamar transcrição fonética”; ou seja: o século XIX é o período decisivo, segundo Mattoso Câmara, para o desenvolvimento da linguística, a partir do momento que o estudo biológico da linguagem, concentrado nos órgãos fonadores, propiciou o progresso do conhecimento fonético:

Em meados do século XIX, a linguística deu um grande passo com o advento de um estudo completo de fonética. Vimos que o conhecimento fonético não fora forte entre os gregos. Sua conexão com a linguagem tinha sido através da escrita. Vimos também que é a escrita que chama a atenção dos homens para a linguagem e os faz parar para observá-la, uma vez que a atividade da fala é espontânea, o que a faz parecer tão natural como as outras atividades corporais, tais como o andar (Câmara Jr., 2021, p. 90).

Já quando Machado publicou *Notícia da atual literatura brasileira: instinto de nacionalidade*, em 1873, eram decorridos apenas oito anos da polêmica causada por *Iracema* (1865). Como foi visto, a obra obrigou José de Alencar a inúmeras notas de justificação para defender o *correto* uso da língua portuguesa na sua variante brasileira, contra os ataques dos puristas dos dois lados do Atlântico. Considero o trecho relativo à língua como a melhor síntese do autor carioca sobre a *vexata quaestio* da norma linguística brasileira, que teria que esperar pelo menos mais cinquenta anos para ser reconhecida como tal, no âmbito do movimento modernista, com polêmicas cujos ecos ainda reverberam nos dias atuais. Afirmo o mestre:

Não há dúvida que as línguas se aumentam e alteram com o tempo e as necessidades dos usos e costumes. Querer que a nossa pare no século de quinhentos, é um erro igual ao de afirmar que a sua transplantação para a América não lhe inseriu riquezas novas. A este respeito a influência do povo é decisiva. Há, portanto, certos modos de dizer, locuções novas, que de força entram no domínio do estilo e ganham direito de cidade. (Assis, 2008b, vol. III, p. 1210)

O Oitocentos brasileiro marcou-se por um dinamismo similar ao de outras línguas modernas, no âmbito das mudanças sociais e tecnológicas que caracterizaram o período. Basta lembrarmos, respectivamente, as revoluções liberais de 1848 e todos os movimentos já descritos anteriormente em relação ao quadro da gramaticografia; no campo da técnica, o telégrafo e o telefone.

⁴ Num estudo já realizado por nós, discutimos todos os pontos relativos às questões linguísticas específicas (cf. Salomão, 2012a).

Em síntese podemos afirmar que Machado de Assis aproxima a língua escrita da língua oral, como o seu contemporâneo português Eça de Queirós. Só que, no caso da variante brasileira, as duas gramáticas apresentavam-se bastante diferenciadas, quase como se existissem duas gramáticas diversas: a da língua escrita e a da oral⁵.

Sem o alarde do Modernismo, portanto, Machado de Assis já havia iniciado o trabalho de síntese de gramáticas diversas que trouxe para a língua literária: o valor das anedotas, do senso popular, da língua dos escravos que ele anotou nos diálogos em que foram protagonistas muito mais presentes do que na maioria das obras dos escritores seus contemporâneos, ao contrário do que ainda se supõe (cf. Salomão, 2019a). Vejamos os seguintes exemplos, sendo o primeiro retirado do diálogo de Rubião com o cocheiro da Rua da Harmonia, no *Quincas Borba*, capítulo LXXXIX:

Ela não sei *donde* era, nem diria ainda que soubesse; sei só que era *um peixão*.
E vendo que o freguês o escutava com os olhos arregalados:
- Oh! Vossa Senhoria não imagina! Era de boa altura, bonito corpo, a cara *meia* coberta por um véu, *cousa papa-fina*. A *gente*, por ser pobre, não deixa de apreciar o que é bom (Assis, 2008b, vol. I, p. 839; grifo nosso)

Nota-se a forma “donde” por *de onde* e as gírias, ainda hoje conhecidas, como “um peixão” e “papa-fina”; o uso da expressão “a gente” pelo pronome de primeira pessoa do plural, *nós*, e o advérbio que se flexiona em gênero (*meia*). Do mesmo modo, os pregões, que ainda hoje soam no Rio de Janeiro, como o do vendedor de vassouras e de espanadores, com a simplificação da desinência do plural e a síncope da frase, no *Memorial de Aires*: “*Vai vassouras! Vai espanadores!*” (Assis, 2008b, vol. I, p. 1227; grifo nosso).

Já no *Esau e Jacó*, o primeiro capítulo se abre com a epígrafe do Canto V do *Inferno* de Dante que contrasta com a sabedoria popular da pitonisa carioca do Morro do Castelo, a cabocla Bárbara, cujo pai entoa esta modinha popular cearense, com a velarização do erre final na sílaba tônica de cocar / *cocá* [x]; rachar / *rachá* [x]; gostar / *gostá* [x], rir / *ri* [x] que indica a forma popular e familiar do português brasileiro:

Quebra coco, sinhá,
Lá no *cocá*,
Se te dá na cabeça,
Há de *rachá*;
Muito hei de me *ri*,
Muito hei de *gostá*,
Lelê, *cocô*,⁶ naiá (Assis, 2008b, vol. I, p. 1078; grifo nosso).

A Machado de Assis coube colocar em prática as noções em torno da gramática de uso, portanto, com sábia maestria dos gêneros linguísticos cuja teoria só viria a ser desenvolvida por Bakhtin (2003), na década de cinquenta do século passado, tendo sido incorporada pelos estudos gerativos e sociolinguísticos apenas no final do século passado por Roeper. Nas palavras do jovem Aurélio Buarque de Hollanda Ferreira (2007, p. 8),

Machado de Assis tem a grande virtude de ser um dos raros homens de letras brasileiros em quem se realiza uma sábia harmonia do gramático com o escritor. O comum é repelirem-se essas duas criaturas. O gramaticógrafo, por via de regra, escreve duro, áspero, a frase comprimida dentro das regras como em camisa-de-força; o escritor, se alcança a clareza e a simplicidade, sacrifica, barbaramente às vezes, os preceitos da boa linguagem.

5 Levamos em consideração neste estudo o conceito de gramáticas plurais elaborado por T. Roeper (2016, pp. 7-14).

6 Nas Obras completas da Aguilar, a palavra aparece grafada erroneamente como “coco” (Assis, 2008b, p. 1078). No manuscrito machadiano é grafada “cocô” (Assis, 2008a, p. 23). É curioso notar, como temos feito repetidamente em nossos trabalhos, os erros que se repetem em edições modernas como esta, importante, da Nova Aguilar. A modinha, de nítido tom dessacralizante no capítulo e nas intenções do autor, grafa “cocô”, portanto, e não “coco”.

Embora cultivasse os clássicos e se mantivesse no âmbito da norma padrão culta, o português de Machado de Assis não feria os ouvidos nem de brasileiros nem de lusitanos (cf. Salomão, 2019b).

Quanto a Eça de Queirós, responsável por uma verdadeira revolução linguística (cf. Guerra da Cal, 1981), será através do seu quase heterônimo – Fradique Mendes – que o escritor português resumirá em duas cartas, de forma sarcástica, as críticas que recebeu ao longo da sua carreira literária quanto aos aspectos linguísticos da sua prosa. Os dois temas básicos com os quais Eça se confronta são o binômio língua-identidade nacional e a variação linguística, principalmente em âmbito lexical.

Para efeito da nossa discussão, convém assinalar que a carta IV, “A Madame S.”, e a carta “A E...”, pouca atenção têm merecido por parte dos estudiosos mas, na verdade, encerram uma teoria linguística se as analisarmos segundo a ótica ventríloqua que, no nosso entender, domina a *Correspondência de Fradique Mendes* (Salomão, 2012b). Na carta IV “A Madame S.”, portanto, Fradique defende o uso da língua materna:

Um homem só deve falar, com impecável segurança e pureza, a língua da sua terra: - todas as outras as deve falar mal, orgulhosamente mal, com aquele acento chato e falso que denuncia logo o estrangeiro. Na língua verdadeiramente reside a nacionalidade; - e quem for possuindo com crescente perfeição os idiomas da Europa vai gradualmente sofrendo uma desnacionalização. Não há já para ele o especial e exclusivo encanto da *fala materna* com as suas influências afetivas, que o envolvem, o isolam das outras raças; e o cosmopolitismo do Verbo irremediavelmente lhe dá o cosmopolitismo do caráter. Por isso o poliglota nunca é patriota. Com cada idioma alheio que assimila, introduzem-se-lhe no organismo moral modos alheios de pensar, modos alheios de sentir. O seu patriotismo desaparece, diluído em estrangeirismo. *Rue de Rivoli, Calle d'Alcalá, Regent Street, Wilhelm Strasse* – que lhe importa? Todas são ruas, de pedra ou de macadam. (Queirós, 2014, p. 214)

Eça exprime neste trecho a perspectiva romântica, tornada dramática no período do nascimento do nacionalismo europeu, defendido principalmente na Alemanha por Herder (1744-1803) e Hamann (1730-1788), para os quais a língua é um traço *natural* do povo, com as suas características étnicas, de modo que a língua materna – expressão do pensamento da coletividade – seria inerente à formação de comunidades historicamente e culturalmente individualizadas. Sempre em âmbito alemão, como pregará Johann Gottlieb Fichte, não é o homem quem fala, mas a natureza humana que fala nele, como sintetiza bem Lia Formigari (2001, pp. 185-189); desse modo não são os homens que formam as línguas e sim as línguas que formam os homens. Uma língua seria viva se originária, autóctone, brotando como uma força espontânea da existência do povo.

A carta de Fradique Mendes antecipa, portanto, com a sua perspectiva irônica, a discussão moderna sobre o tema. Como lembra o historiador Eric Hobsbawm, o próprio conceito de “língua nacional” é moderno, conforme atestam as várias edições do Dicionário da Real Academia Espanhola, por ele usadas como exemplo quanto à terminologia referente a *estado, nação e língua* cujos sentidos mudam, historicamente falando. Antes de 1884 a língua nacional é “a língua oficial e literária de um país e, à diferença de dialetos e línguas de outras nações, é a língua geralmente falada” (Hobsbawm, 2011, p. 27). Antes de 1884, sempre de acordo com Hobsbawm (2011, p. 27), a palavra *nación* significava “o agregado de habitantes de uma província, de um país ou de um reino”. Atualmente o verbete dá à palavra *nación*, o significado de “um Estado ou corpo político que reconhece um centro supremo de governo comum”, e também como “o território constituído por este Estado e seus habitantes, considerados como um todo” (Hobsbawm, 2011, p. 27) Como se deduz do conceito expresso, a ideia de um estado comum e supremo, no espaço ibérico pelo menos, passa a ser central nestas definições. Do ponto de vista do historiador britânico, ainda, a *nação* não é considerada como alguma coisa de primário ou de imutável no plano social, uma vez que a nação pertence a um período histórico recente e particular. Será uma entidade social apenas na medida em que se relaciona com uma determinada forma de estado territorial moderno, ou seja, o *estado-nação*. Aquilo que se chamava *questão nacional*, na terminologia sociológica, se coloca no cruzamento de política, tecnologia e transformação social; ou seja, as nações não existem só em função de um particular estado territorial

ou a partir da aspiração de criar um determinado estado. Estão situadas num determinado nível de desenvolvimento econômico e tecnológico também. E este é hoje um conceito aceito por diferentes escolas de pensamento. As línguas nacionais padrão, tanto escritas como faladas, não se teriam afirmado enquanto tais antes da imprensa, da alfabetização em larga escala e, portanto, sem a instrução de massa.

Embora Fradique Mendes critique os *estrangeirados*, ele mesmo é um cidadão do mundo e faz parte desta categoria, assim como o seu criador. A ironia queirosiana chega a tal ponto que pode confundir o leitor. Ao absorver o nacionalismo português na figura de Fradique Mendes, Eça consegue responder melhor a seus críticos. E aqui temos uma outra versão, desta vez em fradiquismo *blasé*, da polêmica violenta dos anos da *Questão Coimbrã* (Machado, 1981; Saraiva, 2000, pp. 59-76). Contra a degenerescência romântica e o atraso cultural do país, a carta termina com o grotesco sarcasmo queirosiano da anedota que lembramos a seguir:

Eu tive uma admirável tia que falava unicamente o português (ou antes o minhoto) e que percorreu toda a Europa com desafogo e conforto. Esta senhora, risonha mas dispéptica, comia simplesmente ovos - que só conhecia e só compreendia sob o seu nome nacional vernáculo de ovos. Para ela *huevos*, *oeufs*, *eggs*, *das ei*, eram sons da natureza bruta, pouco diferenciáveis do coaxar das rãs, ou de um estalar de madeira. Pois quando em Londres, em Berlim, em Paris, em Moscow, desejava os seus ovos - esta expedita senhora reclamava o fâmulos do hotel, cravava nele os olhos agudos e bem explicados, agachava-se gravemente sobre o tapete, imitava com o rebolar lento das saias tufadas uma galinha no choco, e gritava *ki-ki-ri-ki! Kó-kó-ri-ki! Kó-kó-kó-kó!* Nunca, em cidade ou religião inteligente do Universo, minha tia deixou de comer os seus ovos - e superiormente frescos! (Queirós, 2014, p. 216).

Quanto à carta “A E...”, é dirigida por Fradique Mendes a Eça de Queirós, como se evidencia não só pela inicial do nome do autor, como pelo conteúdo, na citação dos dois principais romances realistas de Eça:

Com o dedo trêmulo o esgalgado e soturno defunto folheia o *Basílio* e o *Amaro* e solta do cavername oco do peito, até aos céus da Arcádia, um grito de consternação. E V. que faz? Recua e procura a bengala para desancar o digno homem! (Queirós, 2014, p. 337).

O trecho deve ser lido não só como sátira do purista, que efetivamente é, mas também como uma lúcida reflexão sobre a relação entre lexicologia, discurso literário e história. O primeiro ponto abordado por Fradique / Eça, portanto, é o da figura do purista, assim definido:

Como todas as coisas e os entes deliciosamente ridículos e pitorescos do século XVIII português, que se afundaram, se sumiram no grande terramoto constitucional, que tudo nivelou, e achou tipos, costumes e caracteres, sumira-se, mergulhara nas trevas, o Purista, o Gramático, o fiscal da Língua! [...] Toma uma ideia e não quer saber se ela é justa, ou falsa, ou fina, ou estúpida, mas só procurar se as palavras em que ela vem, se encontram todas no Lucena; agarra um soneto, um verso a uma mulher, e pondo de parte o sentimento, a emoção, a imagem, a poesia, indaga apenas, se as vírgulas estão no seu lugar, e se as incidentais não cortam de mais a oração principal! [...] folheia um grande e largo livro de história, e ignorando mesmo se a história, é a de Portugal ou a da China, põe o dedo, ao fim de longo investigar, sobre uma página, e dá este resumo final, numa voz soturna: - «Massacre em vez de matança, livro funesto!» (Queirós, 2014, pp. 335-39)

Eça tem consciência de que o purista representa a noção de gramática da língua como alguma coisa dissociada da construção do discurso como um todo. Como bem lembrou Sylvain Auroux, o saber metalinguístico, quando é de natureza prática, ou seja, finalizado pela necessidade de estudar um específico âmbito da língua, deve ter presente três tipos de domínios: a) o domínio da enunciação, b) o domínio das línguas propriamente ditas, quando descrevemos a língua materna ou a língua estrangeira, e c) o domínio da escrita. Diz ele:

os domínios dão lugar à constituição de técnicas, isto é, de práticas codificadas que permitam obter, a cada momento (existência de regras), ou mais frequentemente, um resultado desejado; elas também dão lugar à formação de competências específicas, suscetíveis de receber um estatuto profissional em uma sociedade dada: turgimões / intérpretes, escribas, poetas, retores, etc. (Auroux, 1992, p. 57)

No domínio da enunciação escrita, interessa-nos analisar a capacidade de um locutor (no caso o escritor / narrador) tornar a sua escrita adequada a uma finalidade estabelecida, que pode ser aquela do convencimento, da descrição, da representação do real, enfim. No âmbito da variação das línguas, a entrada de palavras estrangeiras no léxico e a criação de neologismos ocupam um capítulo específico, como se sabe. Os *estrangeirismos* se integram na língua em duas formas: a das transformações imediatas e a de transformações progressivas. Como assinala Mira Mateus, as alterações geralmente se dão no nível fonético, quando certas palavras, como as francesas, entram no português com modificação das vogais nasais. Na pronúncia francesa elas são mais abertas do que no português de Portugal: daí, *écra[ã]* em francês, com vogal aberta, e *ecr [ẽ]*, em português, com vogal média (Mira Mateus & Carneira, 2007, p. 69).

No âmbito da lexicologia moderna, sabe-se que a unidade lexical neológica pode ser produzida por razões estilísticas. Neste caso, contribui para a criação de efeitos intencionais, como o de estranhamento, ironia ou exotismo, como no caso de *Eça de Queirós*. Além do efeito estilístico, o item lexical recém-criado denomina também novas realidades e novos conceitos, sendo por isso mais comuns no âmbito das chamadas linguagens específicas, como as científicas, as esportivas ou a de grupos particulares como o dos *brokers* da bolsa de valores. O estudo da neologia lexical permite-nos avaliar a evolução da sociedade que dela faz uso. Estas duas perspectivas estão anotadas na carta fradiquiana que estamos analisando:

Seria por isso impossível tornar bem compreensível a análise de um sentimento, se V., em lugar, de notar todas, as modalidades desse sentimento, em termos muito claros e simples, através dos quais elas por assim dizer, vivessem, as empastasse, afogasse, usando, os sinónimos complicados desses termos simples. Um romance que não possa ser lido sem um dicionário é uma obra grotesca. V. tem um personagem: quer dizer dele – «que era afortunado nas suas coisas, mas nunca fora generoso e por vezes se mostrara falso». Somente estes termos: *afortunado*, *generoso*, *falso*, são certamente usados por todo o mundo, e, não se sabendo outros, provam escassez de Lexicon. V. portanto, emprega outros, estranhos, que mostrem riqueza de lexicon, e põe a sua frase assim: – «era varão escanceado, mas nunca se mostrara largueado, e no seu convívio, despontava de honra por mendacíssimo e lançadiço». V. escreve esta coisa monstruosa, que prova riqueza de lexicon – e em redor estoura uma imensa gargalhada!... (Queirós, 2014, pp. 338-39).

Tendo consciência da modernidade do projeto realista em Portugal, *Eça* não hesita em lançar mão do modelo literário francês e assim se manifesta, completando o quadro:

Veja V. ainda todos os modernos franceses, os grandes pensadores, Renan, Flaubert, o mesmo Dumas filho. Escrevem com meia dúzia de palavras. Flaubert catava dos seus livros todos os termos, que não pudessem ser usados, na conversa pelo seu criado: daí vem ter produzido uma prosa imortal (Queirós, 2014, pp. 347-48).

A análise de Fradique Mendes vai mais longe, de modo a denunciar o verdadeiro escritor alienado e a verdadeira alienação cultural reinantes no Portugal (Lisboa em particular) do seu tempo. A submissão à cultura estrangeira, à inglesa e à francesa em particular, era coisa bem diversa da modernização e da revitalização de temas e de escritura realizada por ele. Neste sentido, acusa com maior veemência, não o purista “do tempo de D. Maria II”, mas o arrivista da língua e da cultura. Vejamos:

Mas, diz V. na sua carta – que não é tanto este antiquado tolo, que o aflige – mas o purista

do tipo moderno, que, num livro, aprecia a ideia, a análise, a intenção, a vida das personagens, como um crítico do seu tempo, e depois a respeito da forma, de passagem, desculpando-se da caturrice, acrescenta, que a construção é lamentavelmente francesa, o vocábulo pobre, o galicismo fervilhante, e que é uma pena que V. não saiba escrever a sua língua. E V. pinta o tipo: «moço, inteligente, espirituoso, cultivado, afrancesado, moderno, e, no meio de tudo isto purista!» (Queirós, 2014, pp. 340-41).

Como conclusão, buscamos mostrar ecos bem precisos de uma teoria linguística subjacente à obra destes três grandes escritores da segunda metade do século XIX. Para Maria Corti (1976, p. 127), a língua média e a língua literária representam duas inscrições diversas da situação histórica das línguas. A partir dessas duas modalidades de atuação linguística o escritor poderá ignorar a relação dialética de aceitação, alusão, contraste e negação quanto à língua literária e a língua média. Todavia, esta é uma dimensão de ordem linguística e semiótica; ou seja, alguns autores seguem as rotas oficiais da língua padrão, enquanto outros a rompem. E este ato, em si, assume particular valor significativo e linguístico.

Para além disso, tanto Alencar quanto Eça de Queirós, a partir das críticas violentas que receberam, inclusive porque empenhados eles mesmos em polêmicas culturais, tiveram que necessariamente refletir sobre a língua de seus personagens e do novo país que desejavam construir. Esta reflexão se afigura muito bem sintetizada nos paratextos aos romances alencarinos, assim como nas duas *cartas* fradiquistas. Textos que representam depoimentos importantes para a consideração do projeto estético-ideológico dos escritores, assim como da teoria linguística subjacente por eles manifestada. Quanto a Machado de Assis, parece ter aprendido a lição com os dois escritores seus contemporâneos. Não deixou de se manifestar tanto no artigo crítico que citamos, como no discurso de encerramento do primeiro ano como Presidente da Academia Brasileira de Letras, em 7 de dezembro de 1897, quando afirmava um dos objetivos da Academia quanto à política da língua:

As formas novas da língua, ou pela composição de vocábulos, filhos de usos e de costumes americanos, ou pela modificação do sentido original, ou ainda por alterações gráficas, serão matérias de útil e porfiado estudo. Com os elementos que existem esparsos, e os que se organizarem, far-se-á qualquer coisa que no próximo século se irá emendando e completando. [...] A Academia, trabalhando pelo conhecimento desses fenômenos, buscará ser, com o tempo, a guardiã da nossa língua. Caber-lhe-á então defendê-la daquilo que não venha das fontes legítimas, – o povo e os escritores, – não confundindo a moda que perece, com o moderno, que vivifica. Guardar não é impor; nenhum de nós tem para si que a Academia decreta fórmulas. E depois para guardar uma língua é preciso que ela se guarde também a si mesma, e o melhor dos processos é ainda a composição e a conservação de obras clássicas. A autoridade dos mortos não aflige, e é definitiva (Assis, 2008b, vol. III, p. 1321).

Referências

- Alencar, J. M. de (1965a). Prefácio a *Sonhos d'Ouro*. In *Obra completa*, vol. I (pp. 491-498). Companhia Aguilar Editora.
- Alencar, J. M. de (1965b). Prólogo a *Iracema*. In *Obra completa*, vol. III (pp. 193-194). Companhia Aguilar Editora.
- Assis, J. M. M. de. (1973) [1959]. *Obra completa*. Organizada por A. Coutinho, 3 vols. Nova Aguilar.
- Assis, J. M. M. de. (2008a). *Esau e Jacob*. Edição fac-similar do manuscrito. Academia Brasileira de Letras / MEC/Fundação Biblioteca Nacional.
- Assis, J. M. M. de. (2008b). *Obras completas*. Organizadas por A. Leite Neto, A. Lima Cecílio, & H. Jahn, 4 vols. Nova Aguilar.
- Auroux, S. (1992). *A revolução tecnológica da gramatização*. Editora da Unicamp.
- Bakhtin, M. (2003) [1953]. "Os gêneros do discurso". In *Estética da criação verbal*. (Tradução de Paulo Bezerra). (pp. 277-326). Martins Fontes.

- Câmara Jr., J. M. (2021). *História da linguística*. Revisão e comentários de Valdir do Nascimento Flores e Gabriel de Ávila Othero. Vozes.
- Cavaliere, R. (2001). Uma proposta de periodização dos estudos linguísticos no Brasil. *Alfa*, 45, 49–69.
- Coelho, O. F., Danna, S. M. D. G., & Polachini, B. S. (2014). O português do Brasil em gramáticas brasileiras do século XIX. *Confluência*, 46(1), pp. 115-141.
- Corti, M. (1976). *Principi della comunicazione letteraria*. Bompiani.
- Edelweiss, F. G. (1979). *José de Alencar, o tupinista segundo as notas ao romance “Iracema”*. Centro de Estudos Baianos.
- Fávero, L., & Molina, L. (2006). *As concepções linguísticas no século XIX. A gramática no Brasil*. Lucena.
- Formigari, L. (2001). *Lingue, popoli, nazioni*. In L. Formigari. *Il linguaggio, storia delle teorie* (pp. 185-189). Laterza.
- Gonçalves, M. C. P. C., & Silva, M. C. V. (2011). *Diversidade linguística no sistema educativo português: necessidades e práticas pedagógicas no Ensino básico e secundário*. Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural.
- Gonçalves, M. F. (2011). *Gramáticas de português na transição do século XIX para o século XX: a gramática científica*. https://www.academia.edu/66314584/Gram%C3%A1ticas_de_portugu%C3%AAs_na_trasi%C3%A7ao_do_s%C3%A9culo_XIX_para_o_s%C3%A9culo_XX_a_gram%C3%A1tica_cientifica
- Gonçalves, M. F. (2004). Notas sobre o positivismo linguístico em Portugal no século XIX: Sobre a *Lingua Portuguesa* (1871), de F. Adolfo Coelho. *Diacrítica – Ciências da Linguagem*, 18, 29–56.
- Guerra da Cal, E. (1981) [1954]. *Língua e estilo de Eça de Queirós*. Almedina.
- Hobsbawm, E. J. (2011) [1990]. *Nações e nacionalismo desde 1780*. Paz e Terra.
- Hollanda Ferreira, A. B. de (2007) [1940]. *Linguagem e estilo de Machado de Assis*. In E. Bechara. *Linguagem e Estilo de Machado de Assis, Eça de Queirós e Simões Lopes Neto* (pp. 3-62). Academia Brasileira de Letras.
- Humboldt, W. K. (1990). *Sobre la diversidad de la estructura del lenguaje humano y su influencia sobre el desarrollo espiritual de la humanidad*. Traducción y prólogo de Ana Agud. Anthropos.
- Jones, W. Sir (1824 [1786]). *Discourses Delivered before the Asiatic Society: and Miscellaneous Papers, on the Religion, Poetry, Literature, etc., of the Nations of India*. C. S. Arnold. Na internet: *On Hindus*, https://alinguagem.org/2018/02/on-hindus-william-jones-1786/#google_vignette
- Koerner, K. (1995). The Natural Science Impact on Theory Formation in the 19th and 20th Century Linguistics. In E. F. K. Koerner. *Professing Linguistic Historiography* (pp. 47-76). John Benjamins.
- Machado, A. M. (1981) [1977]. *A geração de 70, Uma Revolução Cultural e Literária*. Biblioteca Breve, Mira Mateus, M. H. e Carneira, E. (2007). *Norma e variação. O essencial sobre a língua Portuguesa*. Caminho.
- Morpurgo Davies, A. (1996). Il dibattito linguistico alla metà dell’Ottocento. In A. M. Davies. *La linguistica dell’Ottocento* (pp. 263-308). Il Mulino.
- Queirós, E. de (2014). *A correspondência de Fradique Mendes (Memórias e notas)*. Edição crítica de C. Reis, I. Fialho, & M. J. Simões. Imprensa Nacional Casa da Moeda.
- Roeper, T. (2016). Multiple Grammars and the Logic of Learnability in Second Language Acquisition. *Frontiers in Psychology*, 7. <https://doi.org/10.3389/fpsyg.2016.00014>
- Said Ali, M. (1923). *Grammatica secundaria da língua portuguesa*. 4.ª ed. Companhia Melhoramentos.
- Salomão, S. N. (2012a). Alencar e a “língua brasileira”: uma reconstrução. In S. N. Salomão. *A língua portuguesa nos seus percursos multiculturais* (pp. 208-223). Nuova Cultura.
- Salomão, S. N. (2012b). A teoria linguística de Eça de Queirós. In S. N. Salomão. *A língua portuguesa nos seus percursos multiculturais* (pp. 190-208). Nuova Cultura.
- Salomão, S. N. (2019a). Cãnone contra cãnone: d’O cortiço ao *Quincas Borba*. In S. N. Salomão. *Machado de Assis e o cãnone ocidental, itinerários de leitura* (pp. 125-146). EdUERJ.
- Salomão, S. N. (2019b). Os jogos metalinguísticos: a língua literária de Machado de Assis. In S. N. Salomão. *Machado de Assis e o cãnone ocidental, itinerários de leitura* (pp. 185-215). EdUERJ.

- Santos, M. H. P. (2010). *As Ideias linguísticas Portuguesas na Centúria de Oitocentos*. Fundação Calouste Gulbenkian / Fundação para a Ciência e a Tecnologia / Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior.
- Santos, M. H. P. (2012). Algumas nótulas sobre a *Grammatica das grammaticas da lingua portugueza* (1850). *Limite*, 6, 139–171.
- Saraiva, A. J. (2000) [1943]. A educação coimbrã. In A. J. Saraiva. *As Ideias de Eça de Queirós* (pp. 59-76). Gradiva.
- Vasconcelos, J. L. de (1929). A filologia portuguesa. Esbôço histórico. *Opúsculos*, IV, 839-919. Imprensa da Universidade.

Notas

Contribuição de autoria

Concepção e elaboração do manuscrito: S.N.Salomão

Coleta de dados: S.N.Salomão

Análise de dados: S.N.Salomão

Discussão dos resultados: S.N.Salomão

Revisão e aprovação: S.N.Salomão

Conjunto de dados de pesquisa

Não se aplica.

Financiamento

Cátedra Vieira Sapienza / Instituto Camões de Lisboa.

Consentimento de uso de imagem

Não se aplica.

Aprovação de comitê de ética em pesquisa

Não se aplica.

Conflito de interesses

Não se aplica.

Declaração de disponibilidade dos dados da pesquisa

Os dados desta pesquisa, que não estão expressos neste trabalho, poderão ser disponibilizados pelo(s) autor(es) mediante solicitação.

Licença de uso

Os autores cedem à Cadernos de Tradução os direitos exclusivos de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a [Licença Creative Commons Attribution](#) (CC BY) 4.0 International. Essa licença permite que terceiros remixem, adaptem e criem a partir do trabalho publicado, atribuindo o devido crédito de autoria e publicação inicial nesta revista. Os autores têm autorização para assumir contratos adicionais separadamente, para distribuição não exclusiva da versão do trabalho publicada neste periódico (por exemplo: publicar em repositório institucional, em website pessoal, em redes sociais acadêmicas, publicar uma tradução, ou, ainda, republicar o trabalho como um capítulo de livro), com reconhecimento de autoria e publicação inicial nesta revista.

Publisher

Cadernos de Tradução é uma publicação do Programa de Pós-Graduação em Estudos da Tradução, da Universidade Federal de Santa Catarina. A revista Cadernos de Tradução é hospedada pelo [Portal de Periódicos UFSC](#). As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

Editores

Andrea Ragusa

Alice Giroto

Editores de seção

Andréia Guerini - Ingrid Bignardi

Revisão de normas técnicas

Ingrid Bignardi

Histórico

Recebido em: 04-07-2024

Aprovado em: 16-08-2024

Revisado em: 07-09-2024

Publicado em: Setembro de 2024





Disponível em:

<https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=731981876015>

Como citar este artigo

Número completo

Mais informações do artigo

Site da revista em redalyc.org

Sistema de Informação Científica Redalyc
Rede de Revistas Científicas da América Latina e do Caribe,
Espanha e Portugal
Sem fins lucrativos acadêmica projeto, desenvolvido no
âmbito da iniciativa acesso aberto

Sonia Netto Salomão

A contribuição de José de Alencar, Machado de Assis e Eça de Queirós para uma teoria linguística na virada do século XIX

The contribution of José de Alencar, Eça de Queirós and Machado de Assis to a linguistic theory at the turn of the nineteenth century

Cadernos de Tradução

vol. 44, núm. 3, Esp. e101938, 2024

Universidade Federal de Santa Catarina,

ISSN: 1414-526X

ISSN-E: 2175-7968

DOI: <https://doi.org/10.5007/2175-7968.2024.e101938>